



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

### Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

# ASSESSORIA TÉCNICA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E FORMAÇÃO POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA INTERDISCIPLINAR

**ANA CRISTINA OLIVEIRA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**ADRIELY GONÇALVES DE ALMEIDA<sup>2</sup>**

**OLÍVIA DIAS SARDINHA FIGUEIREDO DA SILVA<sup>3</sup>**

**LUISA BRANT DE ANDRADE<sup>4</sup>**

**LARISSA LEMOS DOS SANTOS<sup>5</sup>**

## RESUMO:

Relata-se sobre a experiência em extensão universitária interdisciplinar em assessoria técnica à movimentos sociais urbanos, o direito à cidade. Explora a educação popular, mobilização popular e formação política, através da perspectiva marxista. Conclui-se que a luta organizada coletivamente pelo direito à cidade potencializa capacidade organizativa na luta por direitos sociais.

**Palavras-Chave:** assessoria técnica, movimentos sociais, educação popular, mobilização popular e extensão universitária.

## ABSTRACT:

This article reports on the experience of interdisciplinary university extension in technical advice to urban social movements, the right to the city. It explores popular education, popular mobilization and political training, through the Marxist perspective. It is concluded that the collectively organized struggle for the right to the city enhances organizational capacity in the fight for social rights.

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>3</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>4</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>5</sup> Universidade Federal Fluminense

**Keywords:** technical advice, social movements, popular education, popular mobilization and university extension.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo evidenciar o desenvolvimento da experiência de ações de extensionistas no processo de fortalecimento dos movimentos sociais urbanos que atuam na perspectiva do direito à cidade. O sentido é de potencializar sua capacidade organizativa na luta por direitos sociais através de realização de ações sobre a questão urbana e as formas de resistência e organização dos/das trabalhadores/ras. Trata-se de possibilitar ao cidadão comum, em especial à classe trabalhadora pauperizada, o direito de interferir em seu espaço de morar, de ter acesso a um projeto arquitetônico e urbanístico, ao saber técnico à participação na concepção dos planos e projetos.

A ação extensionista, desse relato de experiência, é desenvolvida por meio da assessoria técnica à movimentos sociais sob o aspecto da mobilização social pela metodologia da educação popular referente à questão urbana e ao direito à cidade. Apresenta, portanto, como a mobilização social acontece no território, com destaque para Niterói e São Gonçalo, tendo como base de fundamentação e método da educação popular. Nessa perspectiva, analisa a importância da mobilização social e das práticas educativas como instrumento de luta e resistência.

Ao longo de sua atuação, a ação extensionista tem desenvolvido estudos e projetos dentro dos seguintes eixos temáticos: assessoria técnica em projetos de habitação, urbanismo e regularização fundiária; planejamento em situação de conflito; investigação sobre impactos de grandes projetos regionais na informalidade habitacional e sobre experiências de planejamento em situação de conflito; formação política às lideranças comunitárias, moradores e grupos organizados da luta pelo direito à cidade; além da formação com cursos de extensão universitária “Diálogos sobre a cidade popular: desafios e perspectivas” voltado para estudantes de graduação e pós-graduação; profissionais das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Direito, Geografia, Ciências Sociais, Serviço Social, Ciência Política, entre outras áreas afins; servidores públicos; além de moradores e lideranças comunitárias e integrantes de grupos sociais organizados, especialmente dos municípios de Niterói e São Gonçalo que integram o Fórum de Luta pela Moradia de Niterói e São Gonçalo (FLM-Nit e SG) e o Conselho Popular da cidade do Rio de Janeiro (CP-Rio), espaços horizontais e não formalizados de mobilização e organização popular. O Curso de Extensão é resposta à demanda desses coletivos populares, apresentada ao NEPHU, frente às

propostas encaminhadas pelos Executivos Municipais que poderão ter impactos em seus locais de moradia e vida.

A assessoria inclui a (i) participação nas discussões coletivas sobre a cidade no âmbito do Conselho de Política Urbana da cidade de Niterói (COMPUR) e do Fórum de Política Urbana de Niterói (FOPUR); (ii) oferece suporte técnico para as lutas das comunidades, inclusive contra a remoção. Sua atuação pode também se desdobrar na (iii) elaboração de planos populares e projetos populares de regularização fundiária e em ações voltadas para qualificar a intervenção popular no debate de alternativas ao planejamento oficial sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a conclusão dos Planos de Regularização Fundiária de Niterói e de Saneamento Básico; (iv) organização de pautas e defesas nas audiências públicas municipais sobre o direito à cidade; (v) formação sobre *fakes News*, vacinação no contexto pandêmico, isolamento social e processo eleitoral (Oliveira, 2024)

A assessoria técnica opera de forma interdisciplinar contando com docentes, discentes de graduação, pós-graduação e profissionais de Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Desenho Industrial, Geografia, Direito e Engenharia e Serviço Social atuando enquanto ação de suporte a movimentos sociais, lideranças e moradores de comunidades de Niterói e São Gonçalo que integram o Fórum de Luta por Moradia. As ações ocorrem de forma presencial.

Esse trabalho pretende analisar a extensão e seus envolvidos tendo em vista o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entendendo que é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político cujo objetivo é promover a interação transformadora entre Universidade e sociedade. É, então, a partir desse ideal que a proposta do Projeto Formação se funda, tendo como horizonte o método da educação popular ao atuar “de forma participativa, progressista (ou libertadora), como afirmava Paulo Freire, ou desinteressada, na concepção de Antonio Gramsci” (Bienenstein; Santos e Oliveira 2019, p. 61).

Para compreender a dinâmica das ações extensionistas em relação à formação política, educação popular, direito à cidade é fundamental entender o lugar que a extensão universitária ocupa socialmente hoje.

Não é novidade que a educação, no capitalismo, é um campo de disputa entre ser direito dos cidadãos sendo pública, gratuita e de qualidade ou ser uma mercadoria alvo da negociação da iniciativa privada, mas que para ser ampliada tanto no âmbito da privatização das instituições públicas quanto das próprias instituições privadas se faz necessário o reconhecimento do Estado na esfera legal. Lima (2018, p.3) ao tratar do padrão compositório de hegemonia burguesa, como



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

um traço constitutivo, afirma que este padrão estruturante da dominação de classe, atravessa nossa formação econômico-social e denota

o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas, de privilegiamento da lucratividade do capital e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais.

Assim, entende-se que as ações extensionistas representam, hoje, um lugar de resistência face as diversas tentativas de privatização, cortes e sucateamento da educação pública, além de ser uma das expressões mais concretas da crise no ensino superior no Brasil (Jezine, 2006).

As práticas educativas são historicamente relacionadas à prática profissional de assistentes sociais como instrumento de controle das classes subalternas (Abreu e Cardoso, 2009). As práticas educativas como os processos de mobilização social, organização e participação popular tornam-se atividades estruturantes de modos de ser, pensar e agir, de cultura, ou seja, de sociabilidade, cuja funcionalidade passa a ser uma estratégia educativa emancipatória em prol da classe trabalhadora. Com isso, essas práticas educativas integram a

[...] racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, por meio do qual são articulados interesses econômicos, políticos e ideológicos, na formação de um modo de vida - cultura - adequado a um dos projetos societários das classes sociais em confronto (Abreu e Cardoso, 2009, p. 3).

A assessoria técnica por parte de Assistentes Sociais é prevista no artigo 4º (inciso 9) da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93) conforme disposto acerca das competências profissionais: “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Ainda, o Código de Ética (1993) prevê, no Art. 12 do Capítulo IV, como direito dos profissionais “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”, o que evidencia o posicionamento da categoria e o compromisso assumido com a classe trabalhadora na luta contra a hegemonia burguesa, direcionando para a emancipação humana dentro da tradição marxista, com o horizonte de romper com a sociabilidade burguesa.

No que tange ao processo de formação política e a metodologia da educação popular através da assessoria técnica interdisciplinar, verifica-se o compromisso de incentivar o processo de organização de movimentos sociais e participação popular na luta pelos direitos sociais, em especial sobre moradia e direito à cidade, articuladas, de forma intrínseca, à classe, raça e gênero, e relacionados ao lugar ocupado socialmente por esses indivíduos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

De início, é substancial registrar que a luta coletiva organizada pelo direito à cidade, no município de Niterói, é consequência das políticas neoliberais na questão urbana, uma vez que é nesse cenário que a luta emerge, no final da década de 1970, com conflitos fundiários resultantes da lógica mercadológica projetada sobre a terra na região de Pendotiba neste município. É assim que acontece a primeira parceria com os movimentos sociais, em 1986, através da assessoria técnica de ação extensionista. Nesta conjuntura neoliberal, que se manteve potente até a década de 1990, as políticas do governo federal contribuíram “[...] significativamente para que as pessoas passassem a adotar comportamentos individualistas, tentando manter-se à tona no redemoinho que arrastava a todas para a miséria.” (Bienenstein; Santos e Oliveira, 2019, p. 57) o que enfraqueceu a organização coletiva nos movimentos populares dado o contexto de luta cotidiana pela sobrevivência.

A partir de um recorte temporal, observa-se que em 1990 emerge um novo cenário no que tange a cidade e o direito à moradia. A cidade passa a ocupar um lugar de mercadoria com “um urbanismo de mercado” (Bienenstein, Bienenstein, Sousa, p.19). Afloram-se, então,

[...] disputas e conflitos, os quais acabam por delinear novas coalizões de poder e dinheiro, conferindo uma nova hegemonia nas formas de planejar e produzir o espaço, resultando num planejamento competitivo e num urbanismo acupuntural que, associado a instrumentos do tipo operações urbanas e parcerias público-privadas, instaura o que é caracterizado por Vainer (2011) como “democracia direta do capital Idem).

Anos após, em 2016, a conjuntura da questão urbana em Niterói era de precariedade em diversos âmbitos, como saneamento ambiental, o que fez com que moradores e lideranças identificassem a necessidade de organizar-se outra vez de forma coletiva, formando o Fórum de Luta pela Moradia (FLM), buscando assessoria técnica, social e jurídica na universidade abrindo a ação extensionista para este fim.

O trabalho é desenvolvido com a perspectiva política-pedagógica que vê as estratégias de controle social como meio de enfraquecer a organização da classe trabalhadora. Então, propõe fortalecer a organização dos trabalhadores de forma autônoma, tencionando sua formação política e organização/mobilização enquanto classe (Bienenstein; Santos e Oliveira, 2019).

Sob essa ótica, a atuação entende que deve operar como um propositor de alternativas, devido ao seu acúmulo teórico, então ambiciona romper com a lógica de despolitização e cooptação da classe trabalhadora a fim de fortalecer os espaços de luta pelo direito à cidade através da educação popular. Isto é, utilizando-se de uma metodologia que tem caráter emancipatório e que pretende ser construída coletivamente. Os trabalhadores, moradores e integrantes dos movimentos sociais é quem devem ser os sujeitos das ações, dispondo de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

autonomia para traçar suas decisões. É através da participação popular e movimentos sociais que as classes subalternas podem expressar sua resistência e organização política.

O diálogo entre pesquisa, ensino e extensão ocorre através da relação da ação ora proposto com pesquisas desenvolvidas contempladas com bolsa IC-FAPERJ e bolsa PIBIC/CNPq/PROPPi/UFF (i) “Assessoria técnica em habitação de interesse social: Resgatando quatro décadas de atividade extensionista universitária do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos; (ii) “Experiências em assistência técnica em habitação de interesse social pretéritas à Lei N° 11.888: um balanço necessário” articulados ao Programa de Extensão universitária “A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais no Estado do Rio de Janeiro” que contemplam os projetos de extensão (iii) “A Universidade e o direito à cidade: acompanhamento e mapeamento de conflitos urbanos e monitoramento e mapeamento dos investimentos/intervenções públicas realizadas pelo executivo municipal na cidade de Niterói”; (iv) “Observatório das Políticas Urbanas e Habitacionais em Niterói”, (v) “Revisitando 40 anos da Experiência Extensionista do Nephu-Proex-UFF”. O vínculo entre ensino, pesquisa e extensão é reforçado na medida em que são fontes importantes de formação com os Cursos de Extensão (i) “Assistência Técnica em Habitação de interesse social: um balanço necessário” e (ii) “Redesenho Urbanístico em Processos de Regularização Fundiária e Urbanização”, associados a disciplinas de mesmo nome, oferecidas no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF. A primeira delas explorou o tema Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, buscando aprofundar a reflexão sobre ações e projetos realizados, enfoques, conceitos e abordagens adotadas, enquanto a segunda se concentrou nas ações de regularização fundiária.

Além disso, a formação desenvolveu o curso de extensão “Direito à cidade, territórios e educação popular: os sujeitos e a dimensão pedagógica dos saberes e das lutas”, construído através da “Oficina dialógica de planejamento temático” como atividades interinstitucional e interdisciplinar entre (i) a Faculdades de Serviço Social da UERJ – Projeto de Extensão: Dialogi(cidades): compartilhando saberes e práticas entre Serviço Social, territórios populares e a luta pelo direito à cidade (UrbanoSS/FSS/UERJ); (ii) a Escola de Serviço Social da UFF - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE)/ESS/UFF e Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS, assim como, (iii) a Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF através do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos/ (NEPHU)/UFF e UrbAnas - EAU/UFF.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A proposta abrangeu três (03) módulos com as seguintes temáticas: a) módulo I: (Re)Conhecendo a Cidade e sua formação; Territórios populares no Rio de Janeiro e seus sujeitos e Interseccionando raça, classe e gênero na compreensão da questão urbana; b) módulo II: o direito à moradia digna e a segregação dos territórios populares; Trabalhar, “se virar” e transitar na cidade desigual e segregadora; e, Sonhar, criar e lutar na cidade: os territórios populares como espaços de existência e resistência; c) módulo III: conteúdo construído com os/as participantes. O objetivo geral do curso foi o de contribuir para ampliação das reflexões sobre Questão Urbana, Território e Espaço Popular, de forma a subsidiar a formação e a ação profissional vinculada a territórios periféricos/populares urbanos no estado do Rio de Janeiro, assim como contribuir para a prática dos sujeitos sociais dos e nos territórios

Nelas, foram enfatizadas a natureza da luta empreendida pelos coletivos populares e a metodologia inovadora utilizada no exercício de projeto e no processo de emancipação da população assessorada.

## **2. ESPAÇO URBANO, CIDADES E RESISTÊNCIA**

Ao contrário do que é difundido pela lógica da classe dominante de se pensar e vender as cidades — em uma falsa concepção de que são locais dirigidos democraticamente —, esses espaços, sob o modo capitalista de produção, não se apresentam de maneira unificada em seus interesses e características. Em outros termos, cada classe luta para defender, sob sua perspectiva de usufruto, a forma ideal de configurar a vida nas cidades, apesar de se tratar de uma coalizão de forças inevitavelmente antagônicas.

Na ordem burguesa, a dinâmica da produção do espaço urbano está obrigatoriamente associada às necessidades do capital, funcionando como uma espécie de suporte para sua permanente busca na expansão por lucros cada vez maiores. Nessa perspectiva, o debate em torno do “direito à cidade” não pode ser considerado alheio às disputas existentes entre burguesia e proletariado, assim como discutido pelos teóricos David Harvey e Henri Lefebvre.

A respeito das ideias trazidas por Harvey (2014), nas quais este artigo pretende destacar, o assim chamado “direito à cidade” se trata de um conceito que vai além da perspectiva da literatura clássica atribuída às ideias de Lefebvre que, por sua vez, articula o direito à cidade, como uma manifestação concreta da luta de classes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Todavia, para o geógrafo britânico David Harvey, a concepção de direito à cidade faz parte de um conjunto de fatores mais amplo que, apesar de partir da revisão da concepção clássica de Lefebvre, traz novas dimensões para o conceito. Nesse sentido, Brandt (2018, p.7) esclarece que o autor “reivindica a importância e atualidade do legado de Lefebvre, reconhecendo a tarefa política de imaginar e reconstituir um tipo totalmente novo de cidade a partir da realidade capitalista globalizante e urbanizadora”.

Isso posto, é possível afirmar que o referido autor considera o processo de urbanização iniciado após as revoluções burguesas como um fenômeno fundamental para compreensão do direito à cidade na contemporaneidade. Desse modo, ele tece considerações em sua clássica obra *Cidades Rebeldes* acerca desse processo que não se resume apenas a sua dimensão histórica, mas sim a um processo político. Para Harvey (2012, p. 209),

se a urbanização é tão crucial para a história da acumulação do capital, e se as forças do capital e seus inumeráveis aliados devem mobilizar-se sem descanso para revolucionar periodicamente a vida urbana, então uma luta de classes de algum tipo, não importa se explicitamente reconhecida como tal, está inevitavelmente envolvida.

Desse modo, tendo em vista a perspectiva ampliada da literatura de Harvey, novos aspectos são trazidos para o debate da apropriação dos sujeitos produtores do espaço urbano na sociedade da capital. O autor, por sua vez, afirma ser o fenômeno da urbanização um fenômeno de classes diretamente vinculado às formas desenvolvidas pela classe trabalhadora de se apropriar das cidades.

Ao considerar o tensionamento das relações existentes entre a classe trabalhadora e a classe dominante, o autor leva em conta, sobretudo, o protagonismo da luta dos movimentos sociais urbanos na reivindicação de conquista de um verdadeiro direito à cidade. Segundo a interpretação de Brandt (2018, p.12) a respeito da tese de Harvey sobre essa temática

A cidade funciona como um espaço importante de ação e revolta política, devido às características ambientais mais propícias à eclosão de protestos, bem como à capacidade de interromper a economia urbana. Mas destaca que a cidade é mais do que um lugar passivo onde tais ações e revoltas podem ocorrer, uma vez que estas não são meros efeitos colaterais das aspirações humanas, mas têm a ver com as peculiaridades da vida urbana, com potencial para fundamentar as lutas anticapitalistas.

As lutas urbanas, neste aspecto, precisam ser consideradas em todo seu potencial revolucionário, uma vez que o cotidiano vivenciado nas cidades abre brechas para o exercício de “um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (Ibdi, p.9), abrindo espaço, assim, para que o exercício do direito à cidade seja verdadeiramente efetivo tendo em vista um horizonte que supere a ordem capitalista.

A questão urbana revela-se como uma das expressões da questão social, configurando as cidades de forma desigual e, portanto, intrínseca ao capitalismo. Isto é, a função social da terra, como mercadoria, está atrelada no modo de produção capitalista ao direito à propriedade privada. E na luta de classes só há um meio de ruptura: “eliminar pura e simplesmente a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante” (ENGELS, 1987, p. 16), ou seja, eliminar a sociedade de classes. Os movimentos sociais, ao conformarem espaços de obtenção do direito à cidade, colabora para a construção de referenciais normativos que atendam parte das reivindicações do direito à terra.

### 3. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ASSESSORIA TÉCNICA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS:** saberes e experiências geradoras de saber e resistência

Bienenstein e Oliveira (2020) abordam sobre a experiência da extensão universitária desenvolvida no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF), que presta assessoria técnica, social e jurídica a movimentos sociais das cidades de Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro que lutam pelo direito à moradia e a cidade. O trabalho é realizado por meio da educação popular e de forma interdisciplinar.

A compreensão do assessoramento técnico e social passa pela interdisciplinaridade como elemento que oferece um cruzamento entre o Serviço Social, Arquitetura, Engenharia, Geografia, Direito, Arquivologia, Desenho Industrial, lideranças comunitárias onde a cooperação vem provocando intercâmbios reais, trazendo enriquecimentos mútuos. A atuação da equipe interdisciplinar, portanto, volta-se para o combate à desigualdade socioespacial aos grupos sociais e movimentos sociais populares articulado ao alicerce da formação política pela construção de ações engajadas através da metodologia da educação popular na luta pela consolidação da democracia e dos direitos à cidade (Bienenstein; Santos e Oliveira, 2019, p.57). A articulação dos estudantes/profissionais de áreas distintas de conhecimento, faz uma integração da população que luta por moradia adequada e pelo direito à cidade, por meio de realização das ações diversas citadas.

A educação popular, como centralidade metodológica da experiência, compreende uma educação mobilizadora cujo o despertar favorece “uma consciência crítica, considerando nessa



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

concepção a dimensão da classe e a necessidade de ultrapassar essa ordem societária” (Santos e Oliveira, 2023, p.98), unindo, portanto, o conhecimento científico e o saber popular de maneira equitativa. Essa base faz uso da dialética a partir de uma referência horizontalizada entre educador e educando que, ao utilizar das análises de Freire (2001), entende o propósito da educação viabilizado pela libertação humana, a qual “(...) ocorre quando a população reflete sobre si mesma e sobre sua condição no mundo – quando são mais conscientes, podem se incluir como sujeitos de sua própria história” (FREIRE, 2001, p. 96).

Logo, potencializa-se a participação dos sujeitos na luta, abrindo um espaço de participação, contribuição e conhecimento de ambas as partes, no intuito de construir uma sociabilidade livre de opressões. Gramsci (2006) defende que todos são intelectuais, pois têm conhecimento e capacidade de se relacionar, mesmo que não exerçam essa função na sociedade. A educação popular envolve um novo intelectual que critica a classe dominante e promove uma nova inteligência social voltada para as classes trabalhadoras. Isso inclui a análise crítica e desorganização dos projetos da classe dominante.

Bienenstein, Bienenstein e Sousa (2017), em seu livro “Universidade e luta pela moradia”, relatam a formação NEPHU, até a sua consolidação, como resultado da demanda de luta pelo acesso à cidade, à moradia e contra a remoção forçada.

A remoção forçada das famílias trabalhadoras na formação das cidades, recorrente desde a gênese do capitalismo, é parte intrínseca à especulação da propriedade imobiliária pela função da localização no que se refere aos investimentos públicos e privados em meios de transporte, acesso, desenvolvimento regional, oferta de serviços em sua vizinhança etc (Bienenstein; Santos e Oliveira, 2019).

Em diálogo, há a compreensão da importância da universidade pública na formação de futuros profissionais e a correlação destes com as lutas sociais pela moradia. O debate é pautado no interesse desses profissionais atuarem para uma cidade real e plena, contemplando suas especificidades e, o mais importante, entendendo suas desigualdades socioespaciais.

Ao corresponder a um processo longo e complexo, a habitação se difere de outras mercadorias devido sua “longa imobilização de capital para sua materialização, disponibilidade de terras e oferta de serviços e infraestrutura” (Bienenstein, Bienenstein, Sousa, p. 22). Estes aspectos fazem com que o preço das moradias seja superior ao valor dos salários médios de boa parte da camada da classe trabalhadora, dificultando, assim, seu acesso.

Com isso, ao não contar com o Estado e, muito menos, com o aparato do setor privado, a classe trabalhadora tem como alternativa “possuir” seu espaço em assentamentos, favelas, comunidades ou em imóveis abandonados. Essa “posse” passa por uma “aprovação silenciosa do

mercado imobiliário e do Estado, como uma válvula de escape, mas sempre em áreas relegadas pelo capital imobiliário [...]” (Idem, p.22).

O trabalho de extensão universitária no que tange a assessoria a movimentos sociais, partindo da experiência do NEPHU, evidencia o desenvolver de uma articulação teórico-prática educativa, participativa e dialógica (Santos e Oliveira, 2023, p.107), resultando na formação de profissionais aptos para enfrentar as questões da realidade social, “ultrapassando o simples adestramento do mercado” (Bienenstein, Bienenstein, Sousa, p. 23) e desenvolvendo novos conhecimentos, que se retroalimentam ao que são submetidos à dinamicidade das demandas da sociedade capitalista.

A direção social, técnica e política das ações é possibilitar, a partir das demandas apresentadas pelos integrantes do Fórum, a realização de ações que fortaleçam o processo de mobilização e a garantia de direitos dos trabalhadores. Além disso, aprofundar o debate sobre a questão urbana, direitos sociais e as formas de resistência e organização dos trabalhadores pela educação popular, ratificando, em especial, o papel da Universidade Pública socialmente referenciada, em relação às demandas reais da classe trabalhadora e às expressões da questão social. (Bienenstein e Oliveira, 2020, p.246)

Bienenstein e Oliveira (2020) enfatizam, ainda, a importância do trabalho desenvolvido na extensão universitária, um dos tripés da universidade pública.

A extensão universitária é entendida como o momento de elo com a pesquisa e o ensino, num processo de ensino-aprendizagem, na construção da formação política e humana, tendo o popular como central na produção do conhecimento. É na extensão universitária que se pode reforçar o popular no fazer-acadêmico, na medida em que é no popular trazido através da extensão universitária, que se cria um novo mecanismo do tripé ensino, pesquisa e extensão (Idem, p. 250).

Entendemos que nessa forma de extensão universitária ao movimento social urbano na luta pelo direito à cidade com organizações da classe trabalhadora que tal situação enfrenta as desigualdades sociais e a expropriação de riquezas no capitalismo dependente. (Bienenstein; Santos e Oliveira, 2019, p.58).

É com esse sentido que consolidamos a assessoria técnica como um espaço privilegiado na luta pela ampliação da democracia, assim preconizados no artigo 4º (inciso 9) da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), a qual tem como premissa a capacidade de “[...] prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” Referenda, ainda, como um direito do assistente social no Código de Ética (Capítulo IV, Art.12, inciso b): “[...] apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania (BRASIL, 8662/93) (Idem, p.57)

Além disso, falam sobre a aproximação que a extensão universitária gera entre a Universidade e a sociedade que, com a chegada da Pandemia de Covid-19 e o distanciamento



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

social realizado por medida de segurança, teve impactos em toda população, inclusive na mobilização dos membros do Fórum de Luta pela Moradia. Em decorrência disso, surge uma dúvida:

Na realidade pandêmica do trabalho remoto, precarizado e temporário, como transitar pela vivência de uma extensão que consiga manter o compromisso com as classes populares, num cenário de escassez de recursos financeiros institucionais para a extensão, com a precarização de acesso às redes sociais e internet que se constituem somente de forma privada? (Bienenstein e Oliveira, 2020, p. 251 e 252).

A crise da Covid-19 evidenciou e intensificou a crise econômica e política global, impactando de maneira mais direta a classe trabalhadora na sua reprodução social, na disseminação de informações e nas políticas governamentais, porém, mesmo diante do cenário pandêmico, o NEPHU se mobilizou para que as reuniões do Fórum de Luta pela Moradia não parassem, dessa forma, as reuniões ocorreram de forma online pela plataforma google meet, na tentativa de dar continuidade na luta pela moradia digna e de qualidade. Contudo, não foi fácil realizar as reuniões dessa maneira, alguns moradores não tinham acesso a internet ou a conexão era ruim, outros tinham dificuldade em manusear as plataformas, surgiram muitas dificuldades neste período, mas a extensão seguiu dentro das possibilidades disponíveis.

A concentração de propriedade fundiária reflete a crescente desigualdade de riqueza causada pelo avanço do capitalismo global o que leva a crises econômicas prolongadas e desigualdade entre as nações, resultando em relações de dependência e imperialismo que impactam as classes sociais.

Em relação à assessoria técnica interdisciplinar, no enfrentamento da desigualdade social e superexploração do trabalho, destacam-se ações vinculadas à organização/mobilização popular e formação política, além da elaboração de estudos técnicos e jurídicos que se transformam em instrumentos de luta. São elas: (i) A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando os conflitos;(ii) Curso de Extensão em Direito à Cidade;(iii) Plano Popular de Defesa do Direito à Moradia em Área Central: o caso do prédio da Caixa, Niterói (RJ); (iv) Perfil socioeconômico dos moradores e diagnósticos; e (v) Plano Popular de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural. (Bienenstein; Santos e Oliveira 2019, p.59)

Afirma-se também que a assessoria técnica interdisciplinar ao Fórum apoia a autogestão da mobilização e organização popular, fortalecendo os interesses populares na disputa de classe. Moradores, lideranças comunitárias e membros dos movimentos sociais urbanos são sujeitos ativos nesse trabalho. Bienenstein, Helfreich e Oliveira (2019, p.60), enfatizam que a assessoria não é apenas militância política, mas está relacionada ao fortalecimento dos movimentos sociais, não se tratando de ser neutra.

As ações formativas ocorrem no Fórum de Luta pela Moradia, com destaque para o Curso de Extensão em Direito à Cidade.

A experiência do Curso parte do pressuposto de que o processo de aprendizagem é uma ferramenta para a transformação das populações atingidas por essas realidades, pois, como afirma Saviani (1991) “[...] não se faz política sem competência e não existe técnica sem compromisso” (SAVIANI, 1991, p. 53). Assim, a concepção de educação popular reivindicada aqui, pressupõe uma educação não neutra, mas, sobretudo, política e com horizonte libertador. Aqui reivindicamos as práticas de educação popular voltadas à transformação da opressão. (Bienenstein; Santos e Oliveira, 2019, p.61-62)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

As atividades formativas sociais podem contribuir para a formação da consciência dos trabalhadores, fortalecendo a organização política e apoiando lutas contra violações de direitos e mesmo que gradualmente, essas ações apontam para um compromisso social e prático na busca por mudanças significativas na sociedade. É dito essencial valorizar a cultura popular para promover o senso comum de cada indivíduo.

### **3. CONCLUSÕES E DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POPULAR**

No Brasil, as formas preponderantes de moradia das classes populares variaram ao longo da história, obedecendo às peculiaridades das cidades. Dessa constatação, podemos depreender que o que a luta por cidadania insurgente pleiteia é agir racionalmente e tentar se constituir como sujeito coletivo através de projetos populares, do planejamento e da ação coletiva no espaço público, ou seja, da ação política (VAINER, 2016, p.15). Se olharmos o processo de urbanização vemos que o Estado, ao longo desse processo, imprime uma ação política por meio, genericamente falando, de três tipos de ação: (a) editou normas de orientação e regulamentação das moradias a serem produzidas pelos agentes privados para trabalhadores pauperizados; (b) incentivou, por meio de oferta de financiamento, o setor empresarial a construir moradias para operários ou mesmo, construiu diretamente as primeiras unidades habitacionais na cidade do Rio de Janeiro; e (c) a partir de 1940, promoveu, de forma clara, as primeiras intervenções diretas no sentido de eliminar as favelas, quando a Prefeitura do Distrito Federal (RJ) elaborou um projeto de higienização das favelas e intensificou o programa visando sua erradicação (VALLADARES, 1978, 22-23).

Cabe destacar ainda que, no processo de urbanização, surgiram mobilizações contra os megaeventos, o aumento da tarifa dos transportes públicos e também contra as remoções forçadas de comunidades localizadas nas fronteiras urbanas valorizadas pelo capital imobiliário, indicando uma possível ampliação da luta por melhores condições de vida e uma tendência que o antropólogo James Holston (2016, p. 191-195) denomina cidadania insurgente.

Nesta constatação, assistimos a capacidade que tais movimentos convergem para criar uma pauta de exigências voltada para os espaços da cidade que não coincidem, em maioria, com as prioridades colocadas pelo Estado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Estamos diante de retrocessos dos direitos sociais e apagamento das organizações de mobilizações populares. O compromisso ético e as propostas que constroem ações coletivas, organizadas na qualidade de movimentos sociais impõe o alinhamento com o projeto emancipatório e a participação democrática popular.

Neste sentido, a atuação da universidade, por ainda ser dotada de autonomia, pode desempenhar uma assessoria técnica à classe trabalhadora subalterna que permita desvelar processos opressivos, dar voz a essa parcela da população que tende a ser invisibilizada, além de experimentar caminhos inovadores e apontar diretrizes para a implantação de ações voltadas para o direito à cidade, enquanto política pública.

A partir do exposto, é imprescindível reconhecer a importância de reconhecerem e valorizarem as experiências populares em seu trabalho diário, assim como os envolvidos na educação popular; devendo, assim, estimular a reflexão e o diálogo entre os trabalhadores. Isso contribui, ainda, na formação dos futuros profissionais, além de construir novos paradigmas para aqueles que se encontram nos campos de atuação.

O trabalho propôs, portanto, esclarecer como o método da educação popular é um aliado no processo de mobilização social, autonomia e formação política, tendo como ótica a perspectiva marxista de emancipação humana e a educação libertadora. Aborda como as mudanças na política de habitação de Niterói e a pandemia impactaram o Fórum de Luta pela Moradia, dentro da lógica burguesa de controle social, e a devida reorganização da mobilização face a elas.

Conclui-se que a ação extensionista de assessoria técnica à movimentos sociais aprofunda o debate sobre a questão urbana e direitos sociais com ênfase nas amplas dimensões da vida cotidiana e nas formas de resistência dos trabalhadores, destacando a importância da educação popular na construção dos movimentos sociais. Esta ação, portanto, agrega qualificação às lutas sociais pelo direito à cidade e à moradia, incentivando espaços políticos que possibilitam a autonomia e a organização dos sujeitos sociais.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, M. M.; Cardoso, F. G. Mobilização social e práticas educativas. *In*: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Bienenstein, Glauco; Bienenstein, Regina; Sousa, Daniel Mendes Mesquita e (Organizadores). **Universidade e Luta pela Moradia**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

Bienenstein, R; Santos, F E Oliveira, A. Movimentos Sociais Urbanos, Extensão Universitária e Serviço Social: A Experiência Interdisciplinar da Assessoria Técnica. Brasília: ABEPSS, título da revista. **Temporalis**, número 38; 2019, p. 54-60.

Bienenstein, R e Oliveira, A. Fórum de Luta pela Moradia de Niterói: uma experiência extensionista de Educação Popular em tempos de pandemia. In: FARAGE, E. e SANTOS, F. **Serviço Social, favelas e educação popular, diálogos necessários em tempos de crise da capital**. Uberlândia/Minas Gerais: Navegando, 2020, p. 244.

Brandt, Daniele. O direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana à gestão democrática das cidades. v. 1 n. 1: **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018.

Brasil. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

David, Harvey. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014 [2012].

Engels, Friedrich. **A questão da habitação**. Trad. DainisKarepovs. São Paulo: Editora Acadêmica, 1987.

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Gramsci, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

Harvey, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. de Jeferson Camargo..São Paulo: Martins Fontes, 2014 [2012].

Holston, J. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI | Insurgent cities and urban citizenship in the 21st Century. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 191, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n2p191. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5162>. Acesso em: 29 ago. 2024. Jezine, Edineide Mesquita. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João pessoa: UFPB, 2006.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Lefebvre, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

Lima, Katia Regina de Souza. Educação superior em tempos de contrarrevolução neoliberal. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social, Brasília, 2018;-.

Maricato, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In Arantes, Otília; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Oliveira, Ana Cristina O. de. **A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais no Estado do Rio de Janeiro**. Proex. Universidade Federal Fluminense, Edital Bolsa de Extensão, 2024.

Santos, F; Oliveira, A. Formação Profissional e Assessoria a Movimentos Sociais: O Fórum De Lutas Pela Moradia em Niterói na Pandemia da Covid-19. In: Oliveira, A.; Kropf, P. E Paula, J. **Serviço Social e Pandemia: a formação e o trabalho profissional em debate**. Niterói: MC&G, 2023.

Santos, Francine Helfreich Coutinho. Serviço Social e Educação: a Educação Popular e o exercício profissional do assistente social. **Revista Libertas**, v. 12, n. 2, ago. dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18243/9491>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Vainer, Carlos et al. (org). **Megaeventos e a cidade: perspectivas críticas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

Valladares, L. P. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.